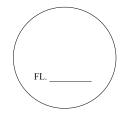


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Conselheiro José Alves Viana



PROCESSO N°: 1.054.055

NATUREZA: AUDITORIA

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS DUMONT RESPONSÁVEIS: CARLOS ALBERTO DE AZEVEDO (Prefeito

Municipal) e PAULO MENDES BARRETO FILHO

(Secretário Municipal de Finanças)

À Secretaria da Segunda Câmara,

Trata-se de auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Santos Dumont, objetivando analisar a estrutura legislativa, física e organizacional da Administração Tributária Municipal.

Em obediência aos princípios da ampla defesa e do contraditório estabelecidos no art. 5°, LV, da Constituição da República, determino a citação dos responsáveis a seguir arrolados, identificados à fl. 08-v, para que, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, apresentem defesa e documentos que julgarem pertinentes acerca dos "Achados de Auditoria" constantes do relatório técnico acostado às fls. 08/42 e individualmente especificados no quadro abaixo, e manifestem-se especialmente quanto à proposta de celebração de Termo de Ajustamento de Gestão – TAG, sugerido pela unidade técnica, em consonância com o disposto no art. 93-A da Lei Complementar nº 102/2008, na Resolução TC nº 14/2014 e no art. 288 do Regimento Interno, visando sanar as irregularidades apontadas pela equipe inspetora.

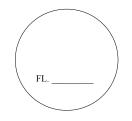
Responsáveis	Qualificação	Itens dos Achados
Carlos Alberto de Azevedo	Prefeito Municipal	2.1, 2.2, 2.3, 2.4,
		2.5, 2.6, 2.7, 2.8 e
		2.9

cgs Página 1 de 2



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Conselheiro José Alves Viana



Paulo Mendes Barreto Filho	Secretário Municipal de	2.1, 2.2, 2.4, 2.5,
	Finanças	2.6, 2.7, 2.8 e 2.9

Informe-se que o relatório técnico e os documentos/evidências digitalizados encontram-se disponíveis no Portal deste Tribunal, em www.tce.mg.gov.br – Aba: "Serviços" – Funcionalidade: "Consulta a Documentos Processuais" e, ainda, que para acessá-los deverão informar o número do CPF e a "Chave de Acesso" gerada, constante do ofício de citação.

Cientifique-os de que a defesa deverá ser apresentada por eles próprios ou por procurador devidamente constituído, conforme dispõe o *caput* do art. 164 da Resolução nº 12/2008 e, ainda, de que a falta de manifestação no prazo assinado implicará o julgamento do processo com base em seu atual estágio de instrução.

No caso de se optar pela celebração do TAG, devem ser indicadas ações concretas e pormenorizadas a serem adotadas pela Municipalidade, com vistas a sanear as irregularidades apontadas pelo Órgão Técnico. Tais ações deverão constar de minuta de TAG e discriminadas de forma clara e objetiva.

Havendo manifestação, remetam-se os autos à 1ª CFM para reexame e, se for o caso, manifestação quanto à proposta do Prefeito Municipal acerca da celebração do TAG, e, em seguida, conclusos.

Caso silentes, diretamente ao Órgão Ministerial.

Tribunal de Contas, em 24/10/2018.

CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA Relator

cgs Página 2 de 2